



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000238/2025
Processo: 10837-00 2025
Autoria: Kátia Franco
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de previsão de espaço destinado à separação e armazenamento de resíduos recicláveis e orgânicos nas edificações residenciais, comerciais e públicas no Município de Juiz de Fora, e dá outras providências.

Parecer Aparecida de Oliveira Pinto - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Trata-se do Projeto de Lei nº 238/2025, de autoria da nobre Vereadora Kátia Aparecida Franco, cuja proposição tem como objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de previsão de espaço destinado à separação e armazenamento de resíduos recicláveis e orgânicos nas edificações residenciais, comerciais e públicas no Município de Juiz de Fora, e dá outras providências.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu artigo 72, inciso XVIII, é de competência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

"Art. 72 -

[...]

XVIII - Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: (Incluído pela Resolução nº 1.357, de 11/01/2023)

a) opinar sobre proposições e assuntos relativos ao meio ambiente, entre outros, sua preservação, recuperação, poluição, aquecimento global, exploração sustentada, fauna silvestre, prospecção e assuntos relativos à coleta, tratamento e disposição de lixo doméstico, hospitalar e industrial, aterro sanitário, barragens, recursos hídricos, recursos naturais e desenvolvimento sustentável;

b) receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;

c) estudar e promover debates e pesquisas sobre todas as formas de poluição;

d) realizar estudos sobre preservação e ampliação das áreas verdes do Município;

e) participar de conferências, seminários, reuniões e debates municipais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

f) acompanhar e fiscalizar, junto aos órgãos competentes, a situação das barragens situadas no Município;



g) estudar, debater e pesquisar demais questões relacionadas com a sua competência."

Ciente dos pareceres exarados pela d. Diretoria Jurídica e pelas demais Comissões Permanentes e, em especial, da manifestação da autora diante do questionamento acerca da espécie normativa adotada.

Nesse sentido, considerando o reconhecimento da necessidade da adequação da matéria aos moldes de Lei Complementar, liberam-se os autos para prosseguimento dos trâmites regimentais, com remessa à deliberação em Plenário onde, oportunamente, manifestarei meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 1º de outubro de 2025.



Aparecida de Oliveira Pinto
Vereadora Cida Oliveira - PT

